014. MANDADO DE SEGURANCA - CPC 0025762-86.2018.8.19.0000 Assunto: Gratificações Estaduais Específicas / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: TRIBUNAL DE JUSTICA Protocolo: 3204/2018.00264856 - IMPETRANTE: ERIC NELSON DE OLIVEIRA ADVOGADO: ELAINE FEIJÓ DA SILVA OAB/RJ-133979 IMPETRADO: EXMO SR SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS** Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS CONCEDIDA POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. PERCENTUAL QUE DEVE OBSERVAR A REMUNERAÇÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por policial militar do ERJ que busca seja implantada a gratificação de encargos especiais não em valor fixo, mas sim em percentual (60%) sobre a remuneração.2. Correta a via eleita pelo impetrante, que se insurge contra ato omissivo de autoridade coatora que deixou de observar corretamente o direito conforme deveria. Portanto, não se trata de cumprimento ou execução da sentença que ordenou a implantação da gratificação, o que à época foi cumprido.3. A gratificação de encargos especial (GEE) não é um valor fixo, mas sim 60% sobre a remuneração, que por isso experimenta os efeitos das mudanças havida nesta última. Não se trata, portanto, de um valor fixo congela do tempo. Precedentes do TJRJ.4.A espécie trata apenas de reconhecer a real forma de um perene direito pré-existente e que, por isso, não pode ser negado pela situação transitória do ERJ.5. Concedida a Segurança. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, CONCEDEU-SE A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

015. MANDADO DE SEGURANCA - CPC 0036048-94.2016.8.19.0000 Assunto: Adicional de Desempenho / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: TRIBUNAL DE JUSTICA Protocolo: 3204/2016.00399680 - IMPETRANTE: MARIA CELINA GONÇALVES FERREIRA ADVOGADO: ALEXANDRE REINOL DA SILVA OAB/RJ-103952 IMPETRADO: EXMO SR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SÃO GONÇALO PROC.MUNIC.: VIVIAN SCARPI **Relator: DES. MARIA HELENA PINTO MACHADO** Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. ADICIONAL DE DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ADF) NO PERCENTUAL DE 100%. VERBA CONCEDIDA A SERVIDORES PARADIGMAS DE FORMA GENÉRICA E INCONDICIONAL. LEI MUNICIPAL Nº 50/91.CONCESSÃO DA ORDEM. JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL VERSANDO SOBRE MATÉRIA REPETITIVA. RETORNO DOS AUTOS, POR DETERMINAÇÃO DA EGRÉGIA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA EM RAZÃO DE APONTADA DIVERGÊNCIA COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO STF. TEMA 315, OBJETO DO RE Nº 592.317/RJ. "NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA." INAPLICABILIDADE. CONFIRMAÇÃO DO ACÓRDÃO.- Pretensão de recebimento do adicional de desempenho de função (ADF) previsto no art. 62, XVI, do Estatuto dos Servidores Municipais de São Gonçalo (Lei 050/91). Ordem concedida.- Retorno dos autos, por determinação da Egrégia Terceira Vice-Presidência em razão de divergência com a orientação firmada pelo STF, retratada no Tema 315, objeto do RE 592.317/RJ.- Entendimento firmado por esta Corte Julgadora de que a vantagem pretendida pela impetrante não é genérica e incondicional.- Não há que se falar em violação do Princípio da Separação dos Poderes, sobretudo em casos tais nos quais a Administração Pública deixa de efetuar pagamento de verbas que legalmente o servidor deveria receber.- O paradigma firmado nos autos do recurso representativo, não guarda relação com o caso aqui discutido, eis que a presente demanda versa sobre reconhecimento do direito a reajuste de vencimentos, previsto em lei, e não de aumento concedido com fulcro em isonomia.- Confirmação do acórdão combatido. Conclusões: POR UNANIMIDADE, CONFIRMOU-SE O V. ACÓRDÃO DE FLS.95-103, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

016. CONFLITO DE COMPETENCIA 0047625-98.2018.8.19.0000 Assunto: T. O. I. - Termo de Ocorrência de Irregularidade / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BELFORD ROXO 1 VARA CÍVEL Ação: 0147243-13.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00488353 - SUSCTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELFORD ROXO SUSCDO: JUÍZO DE DIREITO DA 47ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL INTERESSADO: PAULO ROBERTO MOÍSES ADVOGADO: LÉO PEREIRA ROSA OAB/RJ-125032 ADVOGADO: FÁBIO NEVES NUNES OAB/RJ-177388 INTERESSADO: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A **Relator: DES. MARIA HELENA PINTO MACHADO** Ementa: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DE TOI C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS EM DECORRÊNCIA DE ATO APONTADO COMO ILÍCITO. DECLÍNIO PELO JUÍZO SUSCITADO, DE OFÍCIO, PARA O FORO DO DOMICÍLIO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE (ART. 53, IV, "A", DO CPC/2015). COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.- Declínio da competência, de ofício, pelo Juízo da 47ª Vara Cível da Capital, ora suscitado, alegando que, para fins da melhor administração da Justiça, a ação em que se almeja uma obrigação de fazer (exequível no local do domicílio do autor), deve ser distribuída ao Juízo correspondente.- Natureza consumerista da causa subjacente ao conflito de competência objeto dos autos, uma vez que a parte autora busca a intervenção do Poder Judiciário para que a ré cancele o termo de ocorrência de irregularidade (TOI nº 010036113361/20160427), no valor de R\$3.521,28, além de requerer indenização por danos morais.- Embora a regra de competência do domicílio do autor-consumidor, insculpida no art. 101, I, do CDC, não seja obrigatória, consistindo em uma faculdade legal, a permissão para o ajuizamento da ação no foro do domicílio do réu impõe a estrita observância das regras de competência geral estabelecidas pelo Código de Processo Civil (artigos 46, caput e 53, III, IV e V).- Incide na vertente hipótese o disposto no art. 53, IV, "a", do CPC/2015: "IV - do lugar do ato ou fato para a ação: a) de reparação de dano;", haja vista que a causa de pedir é a suposta ilegalidade na aplicação do Termo de Ocorrência de Irregularidade, em desacordo com as Resoluções da ANEEL, razão pela qual, pelo princípio da especialidade, deve prevalecer a regra acima transcrita sobre aquela relativa ao foro da sede da pessoa jurídica, ainda que se considere a natureza pessoal do pedido reparatório por danos morais, de acordo com entendimento sufragado pelo STJ (RESP 533.556/SP, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 17.12.2004; AgRg no Ag 978533 PR 2007/0279399-8, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJe 19/10/2009). - Apesar de se tratar de relação de consumo, o autor somente pode optar pelo foro desde que esteja de acordo com os parâmetros fixados em lei, não lhe cabendo optar aleatoriamente pelo Juízo que lhe for conveniente, mas diverso do taxativo rol legal, sob pena de violação ao princípio constitucional do Juiz Natural, devendo ser fixada a competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Belford Roxo.IMPROCEDÊNCIA DO CONFLITO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, JULGOU-SE IMPROCEDENTE O CONFLITO DE COMPETÊNCIA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.

017. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0022373-27.2017.8.19.0001 Assunto: Locação de Imóvel - Inadimplemento / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 6 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0022373-27.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00516540 - APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: FLAVIO LESSA BERALDO MAGALHAES APDO: ESPÓLIO DE LUCIO DA SILVA ADVOGADO: THERESA MARIA MORAES NOVIS OAB/RJ-063636 **Relator: DES. MARIA HELENA PINTO MACHADO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO COM PEDIDO DE COBRANÇA.DESOCUPAÇÃO VOLUNTÁRIA NO CURSO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTOS DOS ALUGUERES E DEMAIS ENCARGOS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE DESPEJO, ANTE A